

BERMEJO, Jesus Manuel (2023). *Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1939): Distinção Diplomática*. Lisboa: Caleidoscópio, 259 pp., ISBN: 9789896588472.

A Sociedade das Nações (SDN) tem sido entendida pela historiografia tradicional como uma entidade marcada pela sua incapacidade em garantir a paz e evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial e, por esse motivo, consagrada pelo fracasso. No entanto, esta organização tem despertado nos últimos anos a atenção de alguns historiadores, tais como Jesús Manuel Bermejo. Este autor propõe que se realize a sua reinterpretação historiográfica a partir de novas perspetivas, das quais se salientam a análise do papel que desempenhou no mundo do pós-guerra, assim como a sua ação e a sua herança.

O estudo da SDN, a partir de diferentes prismas, permite ao autor considerá-la como uma entidade pioneira enquanto organização transnacional no que diz respeito à organização do seu Secretariado, assim como pela valorização do papel desempenhado no seu seio pelas pequenas e médias potências no panorama internacional. É nesse âmbito que o autor enceta a sua investigação, considerando que os novos estudos realizados sobre a SDN se devem distanciar dos relatos “realistas” (p. 15) provenientes da área das relações internacionais, que estendem o discurso narrativo do seu fracasso em garantir a paz, devendo em contrapartida enveredar por novas abordagens, tais como a participação e o papel desempenhado pelas pequenas nações enquanto atores no panorama mundial, ou pelo estudo da sua estrutura e dos seus órgãos técnicos. Assim, salienta-se a abordagem realizada no âmbito da micro história e da história transnacional como elementos essenciais para a construção de uma história global.

Através do estudo e análise da ação dos diplomatas portugueses junto da SDN, bem como das opções políticas de Portugal ao longo de duas décadas, Bermejo contribui para um maior conhecimento sobre a SDN enquanto entidade histórica imprescindível na compreensão da história do século XX. Em conformidade com o preconizado por Drayton e Motadel, o autor assume, na sua investigação, que é essencial os historiadores adotarem “uma nova sensibilidade aos agentes, forças e fatores históricos em escalas acima e abaixo daquelas da nação ou região” (DRAYTON et al. 2018: 1-21).

Jesús Manuel Bermejo considera que o estudo do período histórico compreendido entre a Conferência de Paz de 1919 e a invasão da Polónia em 1939, tem sido negligenciado em Portugal. Na sua opinião, isso deve-se à especial atenção que a historiografia nacional tem prestado ao estudo do

Estado Novo e à transição para a democracia. Considera ainda que, no que diz respeito à participação de Portugal na SDN, esta temática se pode considerar “órfã de uma investigação cuidada e detalhada” (p. 16). No entanto, salienta igualmente a existência de um conjunto de autores que têm contribuído para a análise das opções diplomáticas de Portugal nos grandes centros de decisão internacionais nesse mesmo período, tais como Cristina Pacheco, José Medeiros Ferreira, Filipe Ribeiro de Menezes, António José Telo, Hipólito de la Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques. O autor pretende que esta investigação ajude a preencher essa lacuna ao estudar a participação de Portugal no âmbito da SDN no decorrer das duas décadas do período entre guerras. Salienta-se então o destaque que concede à intervenção dos diplomatas portugueses em Genebra, tendo em consideração os três regimes que tiveram lugar em Portugal nesse mesmo período: a I República (1919 e 1926); a Ditadura Militar (1926 e 1933); e o Estado Novo (1933 até ao eclodir da Segunda Guerra Mundial).

A partir deste pressuposto, Jesús Manuel Bermejo colocou como questão inicial do seu estudo: se Portugal teria desenvolvido, no âmbito da SDN, uma política externa adequada a um Estado com o seu estatuto geopolítico de forma a garantir os seus interesses? Nesse sentido, justificou os repetidos insucessos de Portugal, nas suas tentativas de afirmação internacional, com o clima de instabilidade interna do país, nomeadamente ao não conseguir assento enquanto Membro Não-Permanente do Conselho Executivo da SDN.

Partindo destes pressupostos o autor deu início à sua investigação privilegiando a consulta de arquivos e fontes hemerográficas, devido à escassa bibliografia específica. Salienta, contudo, que o estudo das fontes documentais foi articulada com a consulta das publicações dos principais jornais nacionais da época, tais como o *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário de Lisboa* e *A Capital*; assim como de periódicos portugueses, como *Seara*, *A Batalha* e o *Boletim Geral das Colónias*; com o intuito de apreciar as diversas opiniões sobre a SDN e a sua ação. Considera também que dessa forma foi possível avaliar a opinião pública e as suas diferentes sensibilidades em relação aos acontecimentos internacionais mais significativos da época em estudo.

Com um discurso historiográfico claro e preciso, a obra de Jesús Manuel Bermejo encontra-se dividida em cinco capítulos. O capítulo, preliminar, explica a origem da SDN, propondo uma reflexão sobre os antecedentes que conduziram à sua criação. Nesse contexto, o autor lembra que a instituição, oficialmente estabelecida a 10 de janeiro 1920, surgiu como resposta das potências vencedoras à falência do sistema internacional no verão de 1914, que vigorava desde a derrota de Napoleão e do Congresso de Viena, nos anos de 1814 e 1815. O designado “Concerto da Europa” (p. 27) estava assente

num princípio de equilíbrio de poder, no qual nenhuma potência europeia deveria alcançar um estatuto de superioridade absoluta perante as outras. Este “Concerto” orientou as nações na direção de jogos de alianças e de políticas de interesses, conduzindo o continente europeu à sua ruína e a um horror nunca visto nos campos de batalha. Estavam então abertas as portas para uma nova ordem mundial e para uma nova forma de encarar as relações entre os Estados.

A partir desse ponto, Bermejo estuda aprofundadamente a gênese da SDN e a sua estrutura organizativa, através da qual a ordem mundial seria determinada por um organismo multilateral. Destaca-se o facto de o autor considerar que esta representou a primeira tentativa de estabelecer uma organização política internacional com órgãos de carácter permanente na história da humanidade, o que revela a sua importância. Através de um breve resumo, o leitor é convidado a percorrer o interior da SDN, pelos seus órgãos constitutivos, desde a Assembleia ao Conselho, passando pelo Secretariado-Geral. Em simultâneo, torna-se também possível conhecer as competências dos respetivos órgãos e as suas ligações a outras instituições, as quais, embora atuando de forma autónoma, mantinham com elas uma relação de dependência, tais como o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, em Haia, e a Organização Internacional do Trabalho.

No primeiro capítulo são analisadas as motivações que conduziram à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Aqui propõe-se não só a compreensão dos objetivos traçados por Lisboa para a Conferência de Paz de 1919, mas também as razões que motivaram a sua integração na SDN, enquanto membro fundador, bem como a posição e as reservas sentidas perante a adesão da Espanha à organização. Explica-se que a intervenção portuguesa no conflito foi motivada por um conjunto de fatores que não deverão ser encarados de forma particular, mas sim como um todo, os quais contribuíram para a posição das autoridades de Lisboa. Assim, no seguimento do pensamento de outros historiadores, tais como Hipólito de la Torre (TORRE GOMEZ 1980) e José Medeiros Ferreira (FERREIRA 2006), o autor sublinha que a preservação e defesa dos territórios portugueses em África não deve ser considerada a única ou a principal causa da entrada de Portugal no conflito. O desejo governamental de reforçar o regime republicano no que concerne à política externa, quer face a uma possível ameaça espanhola e ao apoio à França republicana, quer numa tentativa de pôr fim à dependência estrangeira a que o país estava sujeito, terão sido também causas relevantes para essa decisão.

Ainda no primeiro capítulo, o autor analisa a participação de Portugal na Conferência de Paz de Paris e como a conjuntura nacional influenciou os resultados aí obtidos. A morte de Sidónio Pais e, no período subsequente, o

clima de guerra civil aumentaram o descrédito internacional com que o país era encarado por parte das potências europeias, enquanto os conflitos internos e a confrontação de interesses a nível nacional contribuíram para desviar a atenção da Conferência de Paz. Será, pois, compreensível que os “delegados portugueses se tenham sentido marginalizados pelos seus colegas europeus por representarem um Estado no meio de uma guerra civil” (p. 42).

No segundo capítulo, o autor elabora a análise das reparações e indemnizações de guerra no âmbito da política interna nacional, assim como do papel desempenhado por Portugal, enquanto membro da SDN, nos primeiros conflitos e contendas diplomáticas com que a organização se confrontou. Neste âmbito, é analisada a situação vivida pela I República Portuguesa no início da década de 1920, a crise política com a alternância sucessiva de governos, a crise económica e o clima de grande instabilidade social. Esta realidade conduziu, segundo Bermejo, a um crescente isolamento de Portugal no seio da SDN, condicionando a pretensão portuguesa em conseguir um lugar como Membro-Não Permanente do Conselho Executivo da SDN. Seguidamente, é realizado o estudo crítico do envolvimento de Portugal na resolução dos conflitos regionais com que a organização se enfrentou e nos quais foi chamada a intervir. O autor salienta que a intervenção nacional em incidentes como os de Vilnius, Danzigue, a criação do Estado Livre do Fiume na atual Croácia, a crise das ilhas Åland entre a Suécia e a Finlândia, ou o conflito que opôs a Itália de Mussolini à Grécia no conflito pela região de Corfu, na fronteira greco-albanesa, é de pouca relevância. Esta circunstância resultou do isolamento internacional referido anteriormente, bem como da carência de peso político do país no panorama mundial.

Em seguida, o autor apresenta de forma objetiva e clara a situação económica em que se encontrava a Europa no pós-guerra, as divergências existentes no seio das potências vencedoras no que diz respeito ao pagamento das indemnizações de guerra e ao interesse em fomentar a recuperação da Alemanha, bem como o peso das referidas indemnizações para a economia e para sociedade alemã, assim como a intervenção francesa no Ruhr, devido ao incumprimento dos pagamentos estabelecidos por parte da Alemanha. Por fim, é analisada a importância das reparações de guerra para Portugal. O autor salienta que para um país em grave crise financeira, a concretização do pagamento dessas reparações tornava-se uma questão primordial. Considera, portanto, que uma das principais preocupações da política externa de Lisboa na década de 1920 foi conseguir esse pagamento. Merece destaque a preocupação do autor em cruzar diversas fontes e em realizar a sua análise a partir de diferentes perspetivas de forma a permitir novas respostas às interrogações colocadas no início da investigação.

O autor considera que o estabelecimento de um novo regime de cariz autoritário e a derrocada da I República Portuguesa não se traduziram em mudanças significativas na política externa portuguesa (p. 107). As preocupações do novo regime, resultante do golpe de Estado de 28 de maio de 1926, significaram um regresso à diplomacia com Madrid, mantendo-se a aliança com Inglaterra a funcionar como o eixo da política externa nacional.

No terceiro capítulo, Manuel Jesús Bermejo estuda os principais desafios com que se confrontou a Ditadura Militar, designadamente o reconhecimento do regime no âmbito internacional. Estas linhas de orientação, a continuidade da política externa e a legitimação do regime, estão patentes na circular enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a todas as representações diplomáticas em Portugal, no dia de 4 de julho de 1926, na qual se dava conhecimento das alterações sofridas no Governo, garantindo que a política externa portuguesa iria manter-se no quadro do que fora traçado pelo governo anterior.

O fim da constante instabilidade política em que a I República mergulhara e o restabelecimento da autoridade do Estado, assim como a continuidade da política externa, foram elementos determinantes para o reconhecimento do novo regime. Neste contexto, o autor destaca ainda que, em relação à política externa, o novo Governo pretendia a diversificação das relações com novos parceiros, sem com isso abandonar a política anterior, nem pondo em causa a aliança com a Grã-Bretanha. Por esses motivos são encetados esforços para o restabelecimento de relações privilegiadas com o Brasil, de forma a conseguir uma aproximação com Espanha; o fortalecimento das relações com a Bélgica e com a França, assim como a restauração das relações diplomáticas com a Alemanha.

No mesmo capítulo, são ainda abordados outros desafios, surgidos no período da Ditadura Militar, nomeadamente a necessidade de Portugal integrar um bloco geopolítico no seio da SDN, de forma a evitar o isolamento a que estava vetado; a tentativa das autoridades de Lisboa em obter um empréstimo junto do Conselho Executivo SDN, perante a recusa dos bancos, bem como a condição da existência obrigatória de um intermediário internacional para a concretização do mesmo. Por fim, são analisadas as ameaças sentidas em Lisboa no âmbito dos debates levados a cabo na Assembleia da SDN sobre a possível criação de uma Europa de carácter federal e as suas repercussões para a integridade nacional e para a manutenção dos territórios ultramarinos, com base no projeto veiculado por Aristides Briand, então ministro dos Negócios Estrangeiros de França.

No quarto e último capítulo da obra, estudam-se de forma aprofundada as relações estabelecidas entre o Estado Novo e a SDN, assim como a atuação dos

diplomatas nacionais no quadro da organização, na linha das relações exteriores traçadas por Lisboa e da intervenção portuguesa na resolução dos grandes conflitos que emergiram no decorrer da década de 1930, nomeadamente no conflito do Chaco, que opôs as repúblicas da Bolívia e do Paraguai entre 1932 e 1935; o conflito na Manchúria e a invasão de grande parte das províncias orientais da China pelo Império do Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelas tropas italianas de Benito Mussolini em 1934; ou a Guerra Civil de Espanha, a partir de 1936.

Com recurso a bibliografia de referência sobre o tema (FERREIRA 2006), o autor interpela uma ampla diversidade de fontes, entre as quais artigos publicados por delegados portugueses em Genebra no jornal oficial da SDN (VASCONCELOS 1935); telegramas enviados para Genebra a partir de Lisboa com as orientações a seguir pelos diplomatas portugueses, conservados no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MATA 1934); legislação nacional (Decreto-Lei n.º 25. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de março de 1935), assim como publicações periódicas da época (Diário de Notícias, 1 de dezembro, 1935), explora novos caminhos de análise permitindo assim uma nova visão, não só sobre a história da diplomacia e da política externa portuguesa no período entre guerras, mas também da SDN.

A obra permite ao leitor compreender a importância da SDN na sua época, sobretudo para a política de afirmação externa implementada pelo Estado Português. Através de novas hipóteses de investigação, o autor explora um conjunto vasto de fontes, de várias proveniências, tendo tido acesso a arquivos nacionais e internacionais, bem como a correspondência privada e particular, passando pela imprensa portuguesa e estrangeira. A sua análise cruzada permite aferir, não só a importância da SDN, mas também o interesse que a instituição criou em Portugal, quer junto das autoridades, quer junto da opinião pública. Neste contexto, saliente-se ainda a importância que Manuel Jesús Bermejo dá aos atores em palco, às personalidades políticas e às suas próprias visões do mundo. Dessa forma, podemos afirmar que o texto assume um carácter mais intimista, permitindo uma maior ligação ao leitor.

Julgamos que a leitura deste estudo é importante para conhecer e compreender, não só a política externa portuguesa no período que decorreu entre a Conferência de Paris em 1919 e o início da Segunda Guerra Mundial, mas também o papel desempenhado pela SDN no cenário mundial, quer pela nova abordagem ao tema, quer através das diferentes perspetivas adotadas pelo autor. No entanto, talvez a inclusão das referências bibliográficas nas páginas em que são mencionadas e não no final da obra permitisse uma consulta mais eficaz, facilitando a sua leitura.

Bibliografia

- DECRETO-LEI N.º 25:150 do Ministério dos Negócios Estrangeiros Diário do Governo 20 de março, 1935.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 de dezembro, 1935.
- MATA, Caeiro da (1934). Telegrama n.º 44. AHMNE.
- FERREIRA, José Medeiros (2006). *Cinco regimes na política internacional*. Lisboa: Fundamentos.
- TORRE GÓMEZ, H. de (1980). *Na encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Estampa.
- VASCONCELOS, Augusto (1935). *League of Nations Official Journal*, Special Supplement, 135.

LUÍS MANUEL FRIAS RATO MARTINS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

Luismartins071@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-6061-1813>



